



Estado do Rio Grande do Sul

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM**

**LEI MUNICIPAL Nº 2.747, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019.**

**Reajusta o vencimento básico dos  
servidores do magistério municipal.**

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**, Prefeito Municipal de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de São Valentim, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O vencimento básico do Magistério Municipal, regulamentado pela Lei Municipal 2.365/2010 e alterações, é reajustado em 4,17% (quatro vírgula dezessete por cento), sendo fixado em R\$ 1.278,87 (um mil duzentos e setenta e oito reais e oitenta e sete centavos), para carga horária semanal de 20 horas.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2019, para fins de pagamento dos valores definidos pela presente Lei.

**Art. 3º** As despesas da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, revogadas as disposições em contrário.

São Valentim, RS, 26 de fevereiro de 2019.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

26/02/2019

Rodolfo Lorasche Dalla Rosa

Secretário Interino de Administração

Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves, 30

Cep: 99.640-000 – Centro São Valentim/RS

Fones: (54) 3373-1206 / 3373-1224 CNPJ: 87.613.378/0001-49





Estado do Rio Grande do Sul

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM**

## **JUSTIFICATIVA**

Ao cumprimentarmos Vossas Excelências, justificamos o envio do presente Projeto de Lei, a fim de atualizar o vencimento básico dos servidores do magistério municipal de São Valentim/RS.

O percentual de reajuste, segundo critérios adotados pelo Ministério da Educação - MEC é de 4,17%, resultado da variação do valor mínimo nacional do aluno/ano do ensino fundamental do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) entre os anos de 2017 e 2018, conforme o Boletim Técnico nº 128/2018, em anexo.

Salienta-se que referido reajuste, de acordo com o que dispõe o artigo 5º, caput, da Lei Federal nº 11.738/2008, deve ser assegurado aos membros do magistério desde janeiro de 2019.

Estas são as justificativas que nos levam a enviar o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres Edis.

Atenciosamente.

**CLEOMAR JOÃO SCANDOLARA**  
Prefeito Municipal